

Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, sob a Presidência do Senhor Deputado LUIZ PAULO, com a presença dos Senhores Deputados ALEXANDRE FREITAS - Vice-Presidente, MARTHA ROCHA, CHICO MACHADO e ROSENBERG REIS, membros efetivos e dos Senhores Deputados ELIOMAR COELHO e WALDECK CARNEIRO, membros suplentes deste órgão técnico, para a realização da 7ª Reunião Extraordinária por meio digital, (via WhatsApp), conforme o art. 6º do Ato "N/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente informou aos presentes que o objetivo da presente reunião seria a deliberação de Audiência Pública remota para debater a Proposta de Emenda Constitucional nº 56/2021, de autoria do Senhor Deputado André Ceciliano, que "Acrescenta um artigo 226-A à Constituição do Estado a fim de instituir um Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro". Colocada a proposta em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para que eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário, matrícula nº 201.140-1, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (meio digital), dezoito de maio de dois mil e vinte e um. (a) Orlando de Souza Santos Junior - Secretário; (a) Deputado LUIZ PAULO - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.
(REQUERIMENTO Nº 164/2019)**ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO**

Às doze horas e quarenta e cinco minutos, do dia onze de março de dois mil e vinte, na sala 01 da Escola do Legislativo Fluminense - ELERJ, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 164/2019, sob a presidência do Senhor Deputado WALDECK CARNEIRO - PT e contando com a presença dos Senhores Deputados ELIOMAR COELHO - PSOL, LUIZ PAULO - PSDB e CARLO CAIADO - DEM. Dando início à sessão, o Senhor Presidente informou que um dos objetivos desta reunião seria a eleição do Vice-Presidente e a designação do Relator. Para tal, sugeriu o nome do Senhor Deputado LUIZ PAULO para a Vice-Presidência, proposta que em votação foi aprovada por unanimidade. A seguir, indicou o nome do Senhor Deputado ELIOMAR COELHO para a relatoria, o que foi aceito por todos. Em seguida, apresentou a justificativa pela ausência do Senhor Deputado RENAN FERREIRINHA e anunciou que se encontravam presentes representantes do IRM - Instituto Rio Metrópole, Senhora DALLE SCHIMID e o Senhor BERNARDO SANTORO, Presidente do órgão. Após, fez entrega do Relatório Final da Comissão sobre o mesmo tema, presidida por ele em 2019, lembrando que a Comissão que se inicia hoje, busca dar continuidade e aprimoramento ao que já foi feito. A seguir, fez entrega ao demais membros, do Plano que deverá orientar os trabalhos que está baseado nos três eixos temáticos prioritários: mobilidade, saneamento e habitação e apresentou as atividades já programadas ainda para o mês de março, que são: dia treze, reunião com o Secretário de Estado de Transportes, Senhor DELMO PINHO; dia dezesseis, reunião com a Comissão de Educação do Conselho Estadual de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência, para tratar sobre a operacionalidade das graduações; dia vinte e três serão feitas visitas, em agenda para o dia inteiro, ao Rio Sarapuá, à Barragem do Gericoú e à Estação de Tratamento de Água do Guandu, localizadas em Mesquita e Nova Iguaçu. Na ocasião o Deputado CARLO CAIADO comentou sobre a reunião que fará no próximo dia dezessete no TCE, sobre a linha 4 do Metrô. Prosseguindo, o Senhor Presidente falou que irá tratar de outros temas além das visitas, tais como o esforço de aprimoramento da Lei 184, a discussão sobre o Plano Diretor da Região Metropolitana, quando o Senhor Deputado CARLO CAIADO solicitou explicações sobre o Plano Diretor do Arco Metropolitano, o que foi explicado pelo Senhor Deputado LUIZ PAULO, mencionando que o Plano teve a participação do Senhor VICENTE LOUREIRO da AGENTRASP, que poderá ser convidado para uma participação em reunião próxima. A seguir, comentou sobre o Conselho Consultivo do Instituto Rio Metrópole, oficialmente instalado pelo Governo do Estado e que, após um ato de força, foi destituído inexplicavelmente e pretende agendar reunião com o Secretário da Casa Civil, ANDRÉ MOURA para a manutenção do Conselho. Novamente com a palavra, o Deputado CARLO CAIADO perguntou sobre a possibilidade de fazer algumas inclusões no Plano de Trabalho, tanto na área de mobilidade como de saneamento, tendo o Senhor Presidente informado que sugestões serão muito bem recebidas e poderão ser feitas pelo WhatsApp da Comissão. Após, nada mais havendo a tratar e não tendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que fosse elaborada a Ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, do que para constar, eu Sueli G. da Rocha Santos, matrícula nº 201.657-4, Secretária ad hoc, lavrei a presente Ata que vai subscrita por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 11 de março de 2020. (a) Sueli G. da Rocha Santos - Secretária "ad hoc" (a) Deputado WALDECK CARNEIRO - Presidente

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.
(REQUERIMENTO Nº 164/2019)**ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se para realização de Audiência Pública a Comissão de Representação em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 164/2019, conforme Edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de 10.05.2021, através de vídeo conferência (via Plataforma Zoom), conforme Art. 6º do Ato "N/MD/Nº 651/2020, sob a Presidência do Senhor Deputado WALDECK CARNEIRO, e com as presenças dos Senhores Deputados LUIZ PAULO, Vice-Presidente e ELIOMAR COELHO, membro efetivo, e da Senhora Deputada MÔNICA FRANCISCO, deu por aberto os trabalhos da segunda audiência pública desta comissão. Prosseguindo, o Senhor Presidente registrou as presenças das Senhoras, Doutora ALESSANDRA BENTES - Defensoria Pública e ISABELE OLIVEIRA, do Inea, e dos Senhores, BERNARDO SANTORO, Presidente do Instituto Rio Metrópole, Professor ADACTO OTTONI, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor SEBASTIÃO RAULINO, representando o Grupo Foras e Secretário LEANDRO GUIMARÃES, da Prefeitura de Duque de Caxias. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a Audiência Pública tem como objetivo debater a construção de um novo Centro de Abastecimento na área conhecida como Campo do Bomba. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para os Deputados membros da Comissão e aos convidados presentes, que fizeram o uso da palavra para esclarecimentos. Após, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=LI-nQE3rPgg&t=287s>, contém a íntegra da reunião, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas, em anexo, da qual, para constar, eu, André Luiz Coutinho Merlo, matrícula 201.762-2, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 14 de maio de 2021. (a) André Luiz Coutinho Merlo - Secretário (a) Deputado WALDECK CARNEIRO - Presidente.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Bom, pessoal, já são 10h11, nós vamos dar início à nossa audiência pública da Comissão da Região Metropolitana da Alerj. Quero dar bom-dia a todas

e todos. Sou o deputado Waldeck Carneiro, presidido a comissão para acompanhar a Governança da Região Metropolitana da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e estamos dando início a esta audiência pública, cujo objetivo é discutir o projeto de implantação da Central de Abastecimento do Rio de Janeiro, Cearj, no Campo do Bomba, no Município de Duque de Caxias. Quero, de saída, já registrar e agradecer a presença da deputada Mônica Francisco, das assessorias dos mandatos do deputado Luiz Paulo e da deputada Zeidan, por enquanto são as assessorias que identifiquei aqui, mas, por favor, a qualquer momento as assessorias presentes registrem-se no chat para que eu possa anunciá-las. Quero agradecer aqui a presença do Instituto Rio Metrópole, na figura do seu dirigente dr. Bernardo Santoro, sempre presente nas audiências da Região Metropolitana. Muito obrigado. A presença, igualmente importante para nós, do professor Adacto Ottoni, professor da Uerj, do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente. Muito obrigado, professor, colega nosso aí do mundo universitário, do mundo acadêmico. Agradeço a presença igualmente da sociedade civil, aqui representada nessa audiência pelo grupo Foras, sr. Sebastião Raulino. Agradeço a presença, portanto, do coletivo Foras aqui na nossa audiência pública. Também agradeço muito a presença do Inea. O Inea aqui presente. Vejo aqui a Isabele Oliveira e vejo também a presença do superintendente-geral, Marcelo Barreto, vejo-o aqui já na minha tela. Agradeço, portanto, a presença importante para nós também e qualificada do Inea. Participará da nossa audiência, por meio de um vídeo que encaminharam, também eu quero agradecer, o procurador da república dr. Júlio José Araújo Júnior, que não pode estar presente neste momento porque preside ele mesmo uma audiência no Ministério Público Federal, mas ele enviou um vídeo com sua manifestação, que será exibido ao longo da audiência. Enfim, agradeço as demais presenças, Alessandra Bentes, que eu já cumprimentei quando entrou, enfim, ao longo da audiência, nós vamos registrando e agradecendo e mencionando as demais presenças.

Quero registrar que foi convidada a Prefeitura de Duque de Caxias. Fizemos vários contatos com a prefeitura nos últimos dez dias, mas ainda não tivemos a confirmação da participação da Prefeitura de Duque de Caxias nesta audiência. Também estava confirmada a participação da Defensoria Pública. U não sei se se faz presente. Representaria a Defensoria a doutora...

A SRA. ALESSANDRA BENTES - Eu represento a Defensoria Pública, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado.

A SRA. ALESSANDRA BENTES - Eu sou a dra. Alessandra Bentes, sou defensora pública do 4º Núcleo de Tutela Coletiva, responsável pela área.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Muito importante sua presença. É porque no meu roteiro aqui você estava com o sobrenome "Vivas".

A SRA. ALESSANDRA BENTES - É, Alessandra Bentes Vivas.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado. Seja como Bentes, seja como Vivas, você é muito bem-vinda aqui nesta audiência pública.

A SRA. ALESSANDRA BENTES - Muito obrigada, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado.

E também quero registrar que alguns parlamentares devem entrar na audiência ou suas assessorias: a deputada Mônica Francisco já está presente; o deputado Luiz Paulo, sua assessoria já está presente; deputado Eliomar Coelho, não sei se a assessoria do Eliomar, que é membro também na comissão, já está presente. Se estiver, por favor, registre-se aqui no chat para que eu possa fazer o devido anúncio.

Eu quero fazer uma brevíssima introdução sobre esse tema. Em primeiro lugar, para limpar a área, digamos assim, dizer que que não há, nesta audiência pública, nenhum propósito de se opor à ideia de se implementar em Duque de Caxias uma central de abastecimentos, ao contrário. Acho que essa ideia pode ser positiva e pode produzir efeitos econômicos e sociais expressivos e relevantes não apenas para Duque de Caxias, mas como, de resto, para a Região Metropolitana, especialmente para a Baixada Fluminense.

Portanto, de saída, quero aqui dizer que esta audiência não se propõe a se constituir, digamos assim, como uma trincheira contra a implantação dessa central de abastecimento. Não se trata disso. A questão central da audiência é especificamente a ideia de fazê-lo no Campo do Bomba, isto, sim, é a nossa preocupação central, tendo em vista as especificidades desta localidade e as preocupações que temos do ponto de vista histórico-arqueológico. Ali teve lugar o Quilombo do Bomba, deputada Mônica Francisco, tendo em vista as preocupações que temos do ponto de vista ambiental. Ali é uma área de preservação ambiental São Bento; tendo em vista as preocupações que temos com aquela localidade especificamente, que tem sido uma espécie de pólder ou de amortecedor, ou estrutura de amortecimento, das inundações que ocorrem naquela região. Portanto, um processo de aterramento para fins de construção desse empreendimento naquela localidade pode ter repercussões muito graves para as populações ribeirinhas; nós estamos falando de uma área localizada bem próximo a dois rios - Rio Sarapuá e Rio Iguaçu, e para além das populações ribeirinhas, as repercussões que isso pode ter também para outros municípios da Baixada Fluminense, me refiro especificamente a Nova Iguaçu, a Mesquita, Nilópolis, a São João de Meriti e a Belford Roxo porque isso pode provocar um espiamento, digamos assim, dessas inundações com o processo de aterramento desse pólder.

Portanto, essa é a questão que nos preocupa, esse conjunto de questões que nos preocupam; portanto, nada contra a ideia de implementação da central de abastecimento, ao contrário, acho que é uma ideia que acho e deve prosperar, contudo, me parece inadequado que isso seja feito nessa localidade que não é, a meu ver, não reuni as condições para sediar o empreendimento.

Há o processo também de discussão por parte do Ministério Público Federal sobre o processo de doação do Inera à Prefeitura de Duque de Caxias a respeito dessa área, é o procurador dr. Júlio, falará sobre isso no vídeo que nos encaminharam, o Inera também foi convidado - eu quero inclusive ressaltar a todos e todas que foram convidados o Inera, o Ministério Público Estadual também, o empreendimento Assai(?), a empresa Telmatec(?), que é quem vem fazendo o aterramento na área, e Ceasa também, a central de abastecimentos foi convidada, mas, por enquanto, não confirmaram presença, além, repito, da Prefeitura de Duque de Caxias, que obviamente foi convidada, mas ainda não confirmou presença. Eu, inclusive, fiz, além do contato direto da prefeitura, eu usei um atalho, digamos assim, tendo em vista que nós temos na Assembleia um colega deputado, Rosenverg Reis, que é irmão do prefeito de Duque de Caxias; é claro que nós sabemos que Rosenverg da Assembleia não fala pela Prefeitura de Duque de Caxias, mas, é um contato, obviamente, que a gente buscou também para facilitar a interlocução com a prefeitura; não tivemos, por enquanto, a confirmação da prefeitura.

Então, eu queria fazer essa breve introdução e iniciar a nossa audiência com a exibição de um vídeo de três minutos e 45 segundos, que é uma reportagem recentemente exibida em um noticiário de grande circulação, para que a gente possa ter os elementos iniciais para a sequência da audiência.

Então, por favor, peça aqui à assessoria técnica.

(Procede-se à apresentação audiovisual)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Bem, exibida essa reportagem, que eu acho que é ilustrativa do tema que nós vamos enfrentar aqui na audiência, eu pergunto, mais uma vez: há representação da Prefeitura de Duque de Caxias aqui na audiência, aqui na sala? Tem alguma representação da prefeitura? (Pausa)

Bem, ainda não. Nesse caso, eu passo a palavra, de início, ao Inea, ao sr. Marcelo Barreto da Silva, superintendente-geral do Inea; está conosco na sala, dr. Marcelo?

O SR. MARCELO BARRETO DA SILVA - Um bom dia a todos, o meu bom-dia ao sr. deputado Waldeck Carneiro, à minha amiga, ilustríssima deputada Zeidan, sendo representada, dou meu bom-dia a todos, estou representando o Filipe Campelo, nosso presidente do Inea. Eu posso fazer das minhas palavras as palavras do senhor, que é a preocupação de tudo o que está ocorrendo naquele local e que possa, com certeza, ocorrer, posteriormente. Eu não tenho dúvida

de que o melhor para aquela população e, principalmente, para o meio ambiente vai ser feito e vai ser esclarecido nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Marcelo Barreto da Silva. Eu pergunto, Marcelo, se a outra representante do Inea aqui presente quer se manifestar, nesse momento, se deseja fazer uma manifestação inicial.

O SR. MARCELO BARRETO DA SILVA - Sim, nós temos representante, eu fiz questão de convidar, superintendente regional e o seu corpo técnico, que está acompanhando isso desde o início; eu gostaria que ela pudesse se colocar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Por gentileza, claro, por favor. (Pausa) Por enquanto está sem som. (Pausa) Continua sem áudio.

Eu vou fazer o seguinte: enquanto a representante do Inea organiza o áudio, eu passo a palavra, então, ao senhor... Parece que já está com áudio. (Pausa) Isabele Oliveira, já está com áudio? Já pode usar a palavra.

A SRA. ISABELE OLIVEIRA - Agora estou, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Por favor.

A SRA. ISABELE OLIVEIRA - Bom-dia, eu sou locada na Superintendência da Baía de Guanabara, eu realizei uma vitória no local onde está sendo implantado o novo Cearj. Eu já participei, anteriormente, de outra audiência pública, eu já participei anteriormente de outra audiência pública aqui na presença do promotor. Hoje, a gente vem discutir outra questão: dos possíveis impactos ambientais lá na área. Vamos lá. Vou explicar aqui para vocês mais ou menos o que está acontecendo lá.

Como vocês puderam ver na reportagem que passou há pouco o Ministério Público Federal está acompanhando a implementação do Cearj ali e a questão do licenciamento do local. O Ministério Público enviou para o Inea solicitação que no prazo de noventa dias realizasse a análise no exercício de sua competência quanto ao licenciamento do local do empreendimento que está sendo instalado lá. Tendo em vista o impacto regional do local e socioambiental e os desdobramentos dos entendimentos técnicos contidos no projeto Iguacu, que foi discutido em uma audiência anterior que ocorreu no local. A presente demanda foi encaminhada para a Presidência do Inea e para os setores de licenciamento: o GLI(?), o Dilam(?) - que é a Diretoria de Licenciamento Ambiental - e a Gerhi(?) Gerência de Recursos Hídricos; e, também, a Diretoria de Recuperação Ambiental. Deu o prazo, como já disse anteriormente, de noventa dias para que o Inea se manifestasse quanto à questão do licenciamento do local. Até o momento não houve manifestação por esses setores do Inea, mas ainda está dentro do prazo. Ok.

Diante da questão da complexidade da área e vendo que são necessários vários estudos na área a gente podem dizer que se faz necessária a realização de um parecer técnico ambiental ou EIA-RIMA a ser realizado por uma equipe multidisciplinar, considerando a complexidade da área, visto que envolve todo um ecossistema de fauna e flora bem como se trata de uma área de planície aluvial devido à existência do Canal de Sarapuá e do Rio Iguaçu. Esses rios sofrem a influência do recuo de maré devido à proximidade com a Baía de Guanabara.

Bom, então, é importante se fazer um estudo mais detalhado do comportamento hidrológico da área e, também, como já falei em audiência anterior, que é necessário que se faça a delimitação da faixa marginal dos corpos hídricos locais, que seria um dos licenciamentos que com certeza têm que fazer.

Já quanto ao EIA-RIMA, acho que vale esclarecer que é um estudo de impacto ambiental com instrumento utilizado planejamento ambiental, avaliação de impactos e delimitação da área de influência, bem como define o mecanismo de compensação, de mitigação dos danos previstos em decorrência da implementação do empreendimento Cearj, uma vez que apresenta uma área a ser aterrada de dimensão superior a 90 mil m². É uma área muito grande. Então, seria necessária a realização de uma polimetria e um estudo de equipamentos medidores, também nivelamento de grade, da situação ali em relação à Rodovia Washington Luiz, para poder evitar possíveis alagamentos.

Esse estudo de impacto ambiental tem que ser físico e biótico, tem que ser realizado na área, e deve ser apresentado através de um Relatório de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente, de forma a expor as vantagens e as desvantagens de implementação do projeto Cearj, bem como todas as consequências ambientais. Esse instrumento é analisado pelo Inea e, através dessa análise do corpo técnico, se tem uma decisão quanto ao melhor licenciamento a ser realizado na área.

Outra questão que vale salientar também, e não vi as pessoas discutindo na última audiência pública, é a malha viária. Vai aumentar ali o tráfego de veículos no local e o que vai ser feito? Vai construir um viaduto? Qual o estudo que tem se fazer ali?

Outro ponto é a mudança da temperatura regional, porque vai construir ali e vai haver modificações. É necessário também se fazer esse estudo.

A princípio, o que quer manifestar é isso, que são necessários muitos estudos na área e seria interessante fazer o EIA-RIMA para que fosse implantado de forma a ter um menor impacto possível no local.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Muito obrigado, Isabele Oliveira. Muito importante sua manifestação porque revela, como já tem sido discutido, a necessidade da realização de vários estudos técnicos especializados que antecedeam a implantação de qualquer projeto naquela área, de modo a termos segurança e tranquilidade sobre eventuais consequências ou efeitos de uma implantação não estudada do empreendimento. Agradeço muito a participação do Inea, por favor, permaneça conosco.

Vamos ouvir uma entidade da sociedade civil e, em seguida, passo a palavra à deputada Mônica Francisco.

Passo a palavra ao sr. Sebastião Raulino, do grupo Foras, cuja presença agradeço. Seja bem-vindo.

O SR. SEBASTIÃO RAULINO - Bom-dia a todos. É um prazer estar aqui com o deputado Waldeck Carneiro, que sempre acompanha as políticas públicas e dá oportunidade à sociedade civil de discutir o que temos, nossas angústias, ansiosos, sonhos e desejos. Bom-dia a todos da Mesa e a todos que estão nos ouvindo. Estou aqui representando o Foras - Fórum de Resistência ao Shopping, um fórum de grupos, ONGs, movimentos que se instituiu em Duque de Caxias, há sete anos, contra um centro comercial que ficava em local inadequado, na única área verde da cidade. Também era ao lado da primeira escola do Brasil a oferecer merenda escolar, a Escola Mate com Anjo Proletário de Meriti.

O Foras, hoje, está em uma luta muito maior, que ultrapassa os limites de Duque de Caxias. É uma luta contra a instalação do empreendimento Cearj - na verdade, são outros empreendimentos associados, em uma área que consideramos totalmente inadequada. Há a necessidade de vários estudos técnicos mais, mas o que nós temos até o momento já mostra que a área é inviável.

Peço, se possível, que projete a apresentação que eu encaminhei para que possamos conduzir. (Pausa). Está aqui a logo do Foras e algumas imagens.

A primeira coisa que temos para pensar nessa área é a seguinte: todo rio tem um leito menor, que ele corre quando não é época de chuva, de cheia, menos água, menos vazão; o leito maior, quando vem as chuvas, ele vai ocupar esse leito; e a planície de inundação é quando ele transborda, leva sedimentos e, ao longo de dezenas, centenas de anos, vai se formando aquela planície de sedimentos. O Campo do Bomba é essa planície, a planície de inundação, enorme, entre os rios Sarapuá e Iguaçu. E, pior, é uma planície de inundação próxima à sua foz já, depois de passar por muitas cidades.

Próximo slide.

Bem, lembrando aqui o conceito de bacia hidrográfica, né? É uma área drenada por um rio principal e seus afluentes. No caso, a bacia do Iguaçu-Sarapuá, tendo como rios principais o Iguaçu e o Sarapuá.